

## Que faço com minha cara de negra? Episódios de denegação e branqueamento em uma vivência afro-brasileira

JUCIENE SILVA DE SOUSA NASCIMENTO\*

JOÃO BATISTA BOTTON\*\*

**Resumo:** Este trabalho se justifica a partir das evidências hodiernas de perpetuação de práticas racistas, em decorrência da identificação colonizadora forjada por intermédio de suas práticas violentas: violência física e simbólica. Para essa discussão, delineamos como objetivo principal reconhecer como a assunção da “Amefricanidade” pode ser aparato epistemológico auxiliar para a superação do racismo por denegação e afirmação da identidade negra na contemporaneidade. Quanto à metodologia, a pesquisa é de caráter qualitativo, nela se propõe um estudo de caso através da análise de narrativas de episódios de uma vivência afro-brasileira, em diálogo com estudo bibliográfico de epistemologias pós e decolonialistas de autores como Homi K. Bhabha, Francisco Bethencourt, Nilma L. Gomes, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Stuart Hall e Abdias Nascimento. Consideramos que a assunção da “Amefricanidade”, pode ser uma forte aliada na superação da denegação e recalque branqueador, sob a prerrogativa de que apesar deles é possível reconstruir representações positivas, em que negros e negras desempenham papéis político-sociais relevantes.

**Palavras-chave:** Racismo por denegação; Vivência Negra; “Amefricanidade”.

### What do I do with my black face? Episodes of denial and whitening in an afro-brazilian experience

**Abstract:** This work aims to discuss the current evidence of the perpetuation of racist practices, because of the colonizing identification forged through their violent practices: physical and symbolic violence. Thus, our main objective is to recognize how the assumption of “Amefricanity” (Amefricanidade) can be an auxiliary apparatus for overcoming racism along the lines of denial and affirmation of black identity in contemporaneity. The methodology of this research is qualitative by nature, once it proposes a case study through the analysis of narratives of episodes of an Afro-Brazilian experience, along with a bibliographic study of post-colonial and decolonial epistemologies by authors such as Homi K. Bhabha, Francisco Bethencourt, Nilma L. Gomes, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Stuart Hall and Abdias Nascimento. We believe that the assumption of “Amefricanity” can be a strong ally in overcoming denial and whitening repression, under the prerogative that despite them, it is possible to reconstruct positive representations, in which black men and women play relevant social and political roles.

**Key words:** denegation racism; Amefricanity; Black experience.



\* JUCIENE SILVA DE SOUSA NASCIMENTO é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); professora/pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII.



\*\* JOÃO BATISTA BOTTON é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; professor do Instituto Federal da Bahia.



Grupo GEVONC – Imagem por Airton Freitas.

### **Introdução**

A proposição deste trabalho incide na discussão da identidade negra na contemporaneidade sob os olhares categóricos da denegação e do branqueamento, pelo exame dos quais se propõe a assunção da “Amefricanidade” como um dos elementos propulsores de superação do racismo. A partir da percepção de que o indivíduo negro passa sempre por um processo psíquico de negação de seus característicos identitários em favor da assimilação imposta do outro, nesse caso o sujeito branco, europeu, colonizador.

Para discutir essa questão, baseamo-nos na ideia de que nas práticas que configuram as sociedades de origem latina prevalecem ideologias da miscigenação e da assimilação, cujas especificidades alicerçam o racismo por denegação em que a característica identitária “indesejável” não é eliminada da consciência, mas é ativamente negada separando-se do sujeito. Para tanto, traçamos como objetivo geral mostrar como a assunção da “Amefricanidade” pode auxiliar na superação do racismo por denegação e na afirmação da identidade negra na contemporaneidade.

Como objetivos específicos: 1) discutir como o processo de negação da pertença racial instaurou o fenômeno do branqueamento no Brasil; 2) discutir como o racismo e o branqueamento podem ser compreendidos mediante a categoria psicanalítica de “denegação” e como a noção de “Amefricanidade” pode servir de instrumento para a superação do racismo por denegação, bem como na afirmação da identidade negra; e 3) analisar episódios de denegação e branqueamento a partir da narrativa das vivências de uma mulher afro-brasileira em sua tomada de consciência negra.

Para nossa pesquisa, lançamos mão de uma investigação qualitativa, na qual elegemos o estudo de caso como tipologia metodológica para as análises dos episódios narrados por uma mulher afro-brasileira, como também nos amparamos em estudos epistemológicos pós e decolonias de autores como Homi K. Bhabha (2013; 2020), Francisco Bethencourt (2018), Nilma L. Gomes (2005), Frantz Fanon (2020), Lélia Gonzalez (2020), Stuart Hall (2013) e Abdias Nascimento (2016; 2019).

Aqui é considerado que o processo psíquico de denegação deriva dos processos sociais do racismo em que o recalque da identidade negra se produz em favor da necessidade de aceitação e inserção no ambiente social hegemônico branco.

### **1. A negação da pertença racial como elemento propulsor do fenômeno do branqueamento**

Desde a formação histórico-social brasileira, a população negra vem sofrendo um violento processo psíquico de negação da sua identidade cultural. É importante salientar que processo psíquico aqui é a interiorização e sedimentação como censura de cada elemento identitário negado antes na

cultura colonialista: da depreciação dos credos, a desagregação dos laços sociais originários, passando pela sistemática violência para a domesticação do corpo e da vontade até a descaracterização da própria cor. Toda a negação determinada da cultura negra inculca no indivíduo negro a recusa de seus próprios traços identitários. No entanto, essa recusa não é uma escolha deliberada, nem o poderia sê-lo derivando de uma longa história de violência, aculturamento e domesticação, que é a própria história da colonização, não tanto como evento datado, mas como história de longa duração cujos efeitos permanecem vigentes. A negação se torna então não-identificação subjetivada, denegação no sentido propriamente psicanalítico do termo, que é o de uma recusa inconsciente motivada pelo recalque. A negação aqui se torna negação determinada de si, daquilo que constitui a identidade histórica e cultural do indivíduo submetido ao desterramento violento.

Em se tratando do *modus operandi* da ideologia colonizadora, frente à necessidade de manutenção da hegemonia branca, o desejo de dominação do outro, a busca pela admiração, converte o colonizador em sujeito supremo e o indivíduo negro em objeto, o qual transmite uma imagem desagradável. Então, a desvalorização desse objeto o transforma em ser ignóbil, negado em sua individualidade e liberdade, situando-o em lugar de instrumento. Sua função se limita à permissão e realização da segurança subjetiva do “herói branco”.

Nesse processo de desvalorização de si, da alocação de sua existência para a condição de objeto, o negro busca o reconhecimento do Outro, como reação imediata da consciência que tem de si, a fim de obter a certeza de si mesmo, da

validação de sua existência. Nesse sentido,

Cada consciência de si busca a absolutez. Ela quer ser reconhecida enquanto valor primordial desinserido da vida, como transformação da certeza subjetiva [...] em verdade objetiva.

Ao encontrar a oposição do outro, a consciência de si experimenta o *Desejo*; primeira etapa da vida que conduz à dignidade do espírito. Ela aceita arriscar sua vida e, conseqüentemente, ameaça o outro em sua presença corporal. (FANON, 2020, p. 228)

Nesse empreendimento, a petição subjetiva para o negro é a de que o considerem a partir desse “Desejo”, como sujeito de seu desejo, isentando-se psiquicamente da condição de objeto que lhe impuseram ao negociar seu ser. No entanto, a introjeção do preconceito desloca essa dinâmica para outros lugares e outras coisas, a reivindicação do reconhecimento se inverte em exercício de negação. Desse modo,

O acesso à imagem de identidade só é possível na *negação* de qualquer sentido de originalidade ou de plenitude por meio do princípio do deslocamento e da diferenciação (ausência/presença; representação/repetição) que sempre a transforma em uma realidade no limiar. A imagem é, a um só tempo, substituição metafórica, ilusão de presença e, por esse mesmo motivo, metonímia, um signo de sua ausência e de sua perda. (BHABHA, 2020, p. 10)

A diligência do “Desejo”, sustentado pela projeção de ser o outro, produziu a negação necessária de uma identidade primordial que introduz o sistema de diferenciação permitindo que o “cultural” seja significado como realidade linguística, simbólica e

histórica. “O sujeito do desejo nunca é apenas um eu-mesmo, então o Outro nunca é apenas um Ele-mesmo, uma fonte de identidade, de verdade ou de falha de reconhecimento” (Idem).

Tal fenômeno foi (e de certa forma ainda é) demasiadamente conflituoso, haja vista a dificuldade de discernimento da figura negra, de sua complexidade altera, já que ao negar-se a arbitrariedade do sufocamento de seu eu em detrimento da projeção de ser o outro invalida-se a relação ambivalente do existir entre o Eu e o Outro (BHABHA, 2020), transferindo o poder e saber de si, mediante transação identitária, para a figura do homem branco, dando continuidade ao que já se concebe como hegemônico.

No processo negação-desejo-projeção as ações existenciais negras são movidas pela necessidade de reproduzir todos os elementos que estão envolvidos na admiração e reconhecimento contidos no olhar do “objeto” para com o “sujeito” de seus desejos. Desse modo, ao projetar-se na figura do ser hegemônico, o negro se insere num movimento constante de imitação dos elementos de sua admiração, como adequação e/ou aproximação da cor da pele, dos cabelos, dos costumes, das ideias, entre outros. A esse fenômeno, Homi K. Bhabha (2003) se refere como *Mímica*, cuja emergência se dá como “uma das estratégias mais ardilosas e eficazes do poder e do saber coloniais” (BHABHA, 2003, p 146). Assim, a tentativa de se projetar à hegemonia branca através da imitação, pode ser compreendida como

[...] o desejo de um Outro reformado, reconhecível, *como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente*. O que vale dizer que o discurso da mímica é construído em torno de uma *ambivalência*; para ser eficaz, a mímica deve produzir

continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. (BHABHA, 2003, 146, grifos do autor)

As atitudes miméticas produzem reverberações negativas em relação às lutas pela afirmação da identidade negra no curso do tempo, sobretudo se levada em consideração a noção de que na formação do sujeito sociológico, a identidade é configurada no âmbito da interação entre o eu e a sociedade (HALL, 2006). Mas, ora, se o sujeito sociológico negro se projetou humanamente através da mímica identitária colonizadora, a noção de identidade cultural brasileira encontra-se comprometida. Tal comprometimento evoca a compreensão da problemática da ideologia do branqueamento.

### 1.1. O branqueamento como aproximação do “não-ser”

A polaridade entre níveis de educação e renda mostra-se acentuada entre brancos e negros ainda hoje (GONZALEZ, 2020), gerando um posicionamento avantajado no *status quo* do branco em detrimento do negro nas sociedades contemporâneas. À guisa de esclarecimentos, lançaremos mão dos estudos de Abdias do Nascimento (2016), nos quais retrata-se o branqueamento da raça como estratégia de “genocídio” da população negra, uma vez que a figura negra do mulato, proveniente de crimes de violação e de subjugação sexual, surge como o entrecruzamento entre a “casa grande e a senzala [...], e, mais recentemente, o erigiram como símbolo da nossa ‘democracia racial’. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a ‘ameaça racial’ representada pelos africanos” (NASCIMENTO, 2016, p.83). A partir dessa figura icônica, o processo de miscigenação endossou inúmeras outras estratégias de

branqueamento sistemático do povo afro-brasileiro, a saber,

A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. [...]

Teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo arianista que se propunha erradicar o negro. (NASCIMENTO, 2016, p. 85)

Numa dimensão consciente, o branqueamento reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros (GONZALES, 2020), substancializando estereótipos, constituindo expressões populares, nas quais o negro é negativado e/ou ridicularizado.

Em relação aos alicerces do branqueamento na sociedade atual, na maioria das vezes, a família, como elemento fundante da sociedade, exerce um papel preponderante como propulsora ou não da ideologia do branqueamento, uma vez que famílias negras podem exercer a função de executora da internalização de tais ideias, projetando comportamentos político-sociais em seus membros, sobretudo nos filhos. Nesse sentido,

A família branca é depositária de uma certa estrutura. A sociedade é efetivamente o conjunto de famílias. A família é uma instituição que prenuncia uma instituição mais ampla: o grupo social ou nacional. Os eixos de referência permanecem os mesmos. A família branca é o lugar em que se é preparado e treinado para uma vida em sociedade. ‘A estrutura familiar é internalizada no superego e

projetada no comportamento político [social, diríamos]’.  
(FANON, 2020, p. 164)

Ao levarmos em consideração tal assertiva, é possível inferir o entendimento de que em seu lugar de origem, a estrutura familiar do negro cumpre, basicamente, o mesmo destino que a família branca. No entanto, em terras colonizadas o indivíduo negro ocupa um espaço interseccional entre família e sociedade, assumindo projeções conflitantes com o seu ser negro e “[...] se dá conta da irrealidade de muitas das proposições que havia assumido como suas, por referência à atitude subjetiva do branco” (Idem, p. 165).

Em meio a esse movimento de apagamento e dizimação subjetiva, falar e/ou discutir sobre as reverberações de termos excludentes, entramos também no campo discursivo dos termos “raça”, “racismo”, “preconceito racial” e outros que se convertem em campo minado. Contudo, é exatamente nessas minas proibidas e camufladas onde o indivíduo negro cai, sangra ou perde partes de seus membros vitais que o constituem como sujeito negro.

## **2. A assunção da “amefricanidade” como auxiliar no processo de superação do efeito branqueador**

Assumir a pertença e/ou lutar pela identidade étnica negra, hoje, para a classe dominante tornou-se substância para atribuição de novos estereótipos, como sujeitos “desagradáveis”, “provocadores”, “dados à confusão”, entre outros, que mais uma vez escamoteiam o racismo estrutural de nosso país. Todavia, “as identidades nem sempre coincidem com a cidadania formal, já que as formas informais de discriminação podem ser extremamente poderosas sem enquadramentos institucionais ou a sua aplicação estatal”

(BETHECOURT, 2018, p. 509), o que dá continuidade e sustenta as violências étnicas diárias, ainda que assumindo outras roupagens.

Em virtude disso, a assunção da categoria político-cultural de “Amefricanidade” se justifica pelo fato de voltar o olhar para a formação histórico-cultural brasileira que “por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas” (GONZÁLES, 2020, p. 127). Nesse sentido, assumir a “Americanidade” colocaria o sujeito negro numa condição de compreensão de todo um processo cronológico de movimentação cultural acentuada, como adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novos modos de atuação, mas agora centrada nos modelos de nossas origens africanas.

Há de se considerar todos os fatos, naturais ou violentos, objetivos ou subjetivos que fizeram o afro-descendente brasileiro ser quem ele é hoje, a consciência dos processos pelos quais passaram os sujeitos negros de todos os períodos da história de massacre, violência, reação e assimilação de seu papel político, histórico, social, cultural e intelectual para emancipação de si mesmo e manutenção de sua dignidade como ser humano.

Assim, o conceito de “América”, formulado por Lélia González (2020, p. 135), pode ser entendido como sistema etnogeográfico de referência, cujo termo “amefricanos/amefricanas” designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo”. Ao sermos contemplados por esse entendimento, a “Amefricanidade” presentificada em

nossas identificações tanto pessoais quanto de grupo, reconhece “na diáspora negra “uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e devidamente pesquisada” (Idem, Ibidem), já que apesar de pertencermos a distintas formações sociais do continente, a estrutura dominante é a mesma: o racismo estrutural.

Ao dirigir nosso pensamento para a compreensão de quem realmente somos a partir do ideal efetivo de consciência de nós mesmos, como descendente de africanos, ao assumir a “Amefricanidade” buscar-se-á formas de libertação das estruturas racistas justapostas à linguagens, ações e pensamentos político-sociais na atualidade, uma vez que sabemos “o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África” (Idem, p. 136).

Processos silenciadores do Novo Mundo levaram muitos dos sujeitos negros a uma conseqüente perda de identidade, um apagamento histórico pelas pressões raciais em nosso estado federativo, cujo racismo por denegação obrigou a muitos a buscarem a alternativa inconsciente, a do branqueamento. Ante a isso, é mister que se entenda a existência de ideologias racistas nas práticas que configuram as sociedades latinas, que ainda sustentam o racismo por denegação, provocando efeitos de recalques agressivos para com os sujeitos negros. Voltar a atenção para o estudo das origens, causas e efeitos dos processos que produziram tais fenômenos e estar atento à realidade em que vivem os (as) americanos (as) na contemporaneidade, pode se converter em um marco subjetivo de superação idiossincrática das nuances psíquicas deformadoras de nossa identidade negra.

### **3. Branquearam-me! e agora, ainda posso ser negro (a)?: um estudo de caso**

O percurso empreendido até aqui nos coloca agora em condições de ampliar a compreensão do fenômeno nos concentrando em um caso particular emblemático. Nesse sentido nos concentramos “[...] no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2007, p. 121). Aqui nosso objeto é o testemunho de uma mulher negra (doravante a chamaremos pelo codinome Chica), professora, pesquisadora, educada em seu seio familiar sob padrões evangélicos, cujas narrativas evidenciam o apagamento de suas origens afro durante a infância, adolescência e juventude em favor da assimilação de padrões socioculturais hegemônicos. Dessa forma, “um estudo rigoroso deveria proceder da seguinte forma: - interpretação psicanalítica da experiência vivida do negro; - interpretação psicanalítica do mito negro” (FANON, 2020, p. 166). Nesse sentido, nos deteremos, aqui, apenas na primeira proposição, uma vez que o espaço para a exposição desse trabalho é limitado.

#### **3.1 Episódios de racismo por denegação a partir da narrativa de uma vivência negra**

##### **3.1.1 Episódio 1: As influências familiares e a infância negra**

Nascida em plena década da efervescência de movimentos negros, nossa afro-brasileira é filha de pai afro-brasileiro e mãe ameríndia, em que as raízes paternas estão ligadas diretamente ao trabalho nas lavouras do cacau no Sul da Bahia, sendo as maternas, às terras indígenas Pataxós da região de Pau Brasil - BA, curiosamente, os processos

educativos pelos quais Chica passou evidenciam polaridades forjadas entre suas origens e a construção de si, enquanto negra.

Ao nascer, seus pais já faziam parte de uma comunidade evangélica, da qual os preceitos e dogmas são regidos pela teologia judaico-cristã. No entanto, segundo narrativas de seus antepassados, nem sempre foi assim, já que sua avó paterna fazia parte de uma religião de matriz africana, o candomblé, antes de ser convertida à religião evangélica. Já a avó materna, índia nativa das terras Pataxós, conhecedora das habilidades com as plantas e seu poder curador, por uma debilidade psíquica pós-parto não pôde ficar com as filhas gêmeas, logo a mãe de Chica foi educada por uma tia materna, também de origem indígena, mas já convertida ao evangelismo.

Através da influência dessa educação, Chica cresceu sob a crença de que tudo que não era proveniente do Deus cristão é manifestação diabólica. Assim, todas e quaisquer crenças, costumes, modos de vida que se diferiam dessa linha de pensamento não poderiam ser considerados como algo digno, indício claro de apagamento cultural das raízes. Assim, Chica cresceu rechaçando ideias e crenças, estéticas culturais e experiências distintas daquelas de sua educação cristianizada, sobretudo aquelas que remetem às suas raízes.

As adequações, motivadas pela religiosidade colonizadora, tiveram início desde a infância na vivência de Chica, e extrapolando o estrito ambiente do sagrado passam pouco a pouco a incidir sobre a forma cotidiana do comportamento, inclusive no que diz respeito à estética particular do corpo. Os costumes religiosos passam a determinar o modo de vestir, até à busca constante por métodos de alisamento dos cabelos, como forma de atingir “a questão da boa

aparência” para usar a expressão de González (2020). Mas a forja de um ideal de si pela assimilação dos valores e das estéticas colonizantes exigem o constante reforço do recalque da herança originária, “apropriação de bom grado” - quer dizer, uma assimilação absolutamente irrefletida.

A noção subjetiva de apagamento estava/está presentificada no pensamento de que se apenas conseguissem “parecer”, através de atitudes branqueadoras, a inserção e reconhecimento pelo outro seria uma possibilidade. Assim, Chica cresceu sob a crença de que era como os brancos, que sua cor da pele em nada influenciaria, pois se comportava igual, tinha os mesmos hábitos e costumes brancos, o que a fazia parecida com eles.

### **3.1.2 Episódio 2: A “mímese” colonizadora**

Diante da negação do ser negra, em favor de um projetar-se no outro, alguns comportamentos durante a infância, adolescência e juventude de Chica são mostras claras do que Homi K. Bhabha (2013) chama de “a mímica colonial”. Dentre esses, trataremos pontualmente de um episódio mimético latente.

Chica nos narra que, entre seus 10 e 12 anos, frequentou a escola bíblica de sua igreja, na qual tinha uma “amiga” branca, de família de classe média, com posses e muito respeitada naquele meio. Frequentava as lições um menino, também negro, de família de classe baixa, o qual tinha certo encantamento juvenil por sua amiga branca, mas os pais da menina “não gostavam” que ela estreitasse amizade com ele.

Certo dia, em uma dessas lições, a garota branca passou um bilhete para a Chica, no qual estava escrito: “Veja, está olhando para mim, mas é um preto muito feio, não consigo nem olhar!”. Ao ler

aquele bilhete, ao invés de nossa afro-brasileira demonstrar empatia para com seu igual, vítima de preconceito racial, ela, tentando “agradar” a amiga, imitando a atitude branca, endossando o racismo, negando suas origens, se coloca em um lugar que não é o seu e escreve como resposta: “é verdade, ele é feio que parece um bicho. Isso mesmo! Agora o chamaremos de bicho! Olha como tem a cara feia, e esses olhos, as sobrancelhas grossas... É um macaco! Não olhe mesmo não, esse bicho feio!”.

As referências dos signos linguísticos utilizados nesta fala são de uma violência verbal de grandes proporções. Amplamente lastreados na cultura, elas demonstram o poder de apagamento de si, de denegação do lugar constitutivo mais imediato da identificação, o corpo próprio, o fenotípico. O alcance desse ideário simbólico faz com que o negro negue a si mesmo e se torne ele próprio veículo do preconceito, o que é ilustrado inclusive pelo papel histórico da ciência operando como fundamentação ideológica (pseudo fundamento) sob a aparência de neutralidade.

Nesse episódio, torna-se relevante salientar a importância do contato da criança negra com a história de suas origens e cultura (GOMES, 2007), como forma de oferecer a ela oportunidade de discernir sobre quem poderá ser no mundo contemporâneo. A partir da interrelação de seu passado-presente-futuro, pode se autoafirmar em relação às suas experiências de vida através da clareza dos processos invisibilizadores que situaram seus antepassados à margem.

Isto posto, é possível alertar para a relação de causa e consequência neste episódio, pois uma vez branqueada, a criança negra tende a imitar o comportamento do branco. Sendo assim, reafirmar, aqui, a assertiva de que

nenhuma criança nasce racista, que ela se torna racista a partir dos encaminhamentos de sua educação, de suas relações e da forma como se apropria do princípio altero dessas relações. Sendo essa educação e cultura os veículos do recalque e da denegação de si mesmo.

### **3.1.3 Episódio 3: O casamento interracial: a mulher de cor e o homem branco**

Quando jovem, nossa afro-brasileira buscou preservar a ideia da busca de um companheiro que tivesse o mesmo credo, uma vez que sempre foi alertada para o fato de que o matrimônio entre pessoas com diferenças acentuadas (“jugo desigual” – termo religioso) estava fadado ao fracasso. No entanto, a forma psíquica do reconhecimento estruturado pela simbólica da colonização em nossa protagonista só permite pensar a diferença na base da identidade interiorizada pela força do recalque. A diferença que importa aqui consistia apenas na base religiosa, desconsiderando a diferença étnica, forçosamente, já que o seu empenho se engaja em identificar-se com a comunidade branqueada. Considerar o episódio do casamento interracial de Chica, é ilustrativo do que Frantz Fanon (2020) desenvolve sobre as relações entre “a mulher de cor e o homem branco”.

Aos 28 anos, Chica, agora formada em Letras vernáculas, vai para a cidade de Cachoeira na Bahia, trabalhar em uma instituição confessional e tentar se inserir em um curso de Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural. Passa, então, a residir em uma comunidade de maioria evangélica, onde conhece aquele que seria seu marido (doravante o chamaremos pelo codinome Alfredo), homem de família expressivamente branca, divorciado, pai de duas filhas,

dezessete anos mais velho que Chica e que estava se reestabelecendo socioeconomicamente pós divórcio. Através dessa descrição, podemos perceber, claramente, as diversas diferenças entre o casal, mas o que prevaleceu na escolha de Chica foi o fato de ser do mesmo credo. As diferenças aqui são escamoteadas em favor do anseio da formação de uma família, uma família branqueada que lhe lograria a concessão da respeitabilidade social jamais plenamente obtida apesar dos esforços de sujeição ao ideário branco.

O desejo de mulheres de cor se interessarem por homens brancos, ignorando condições adversas, frequentemente está ligado à necessidade subjetiva de “branquear a raça, salvar a raça, mas não no sentido que se poderia supor: não para preservar ‘a originalidade do pedaço de mundo em cujo seio elas cresceram’ e sim para garantir sua brancura” (FANON, 2020, p. 62). Assim, o caso de Chica é o exemplo emblemático aqui de um derradeiro esforço de assimilação da colonização. No entanto, apesar do sentimento de reconhecimento, a aparente integração em uma coletividade que parecia hermética, da sensação de recompensa por seu comportamento supercompensador e o desaparecimento momentâneo da menos-valia psicológica (FANON, 2020) através da concepção do casamento entre Chica e Alfredo, tal união não foi capaz de evitar o retorno do preconceito, assim como a volta do sentimento de desajuste e inadequação que denunciam em uma linha mais profunda o recalcado que não cessa de marcar sua presença incômoda na consciência sob a forma do disfarce. Afinal, a comparação racial estabelecida pelos indivíduos de seu entorno continuava inevitável.

Chica nos conta que, um fenômeno esdrújulo ocorreu durante a viagem de lua de mel, para a qual foi reservado um hotel cinco estrelas na cidade de Fortaleza, no Ceará. Ao chegar à cidade, Chica percebeu a presença de inúmeras mulheres no calçadão da orla, umas em pé, desacompanhadas, vestidas com roupas sensuais, outras na mesma condição, mas acompanhadas de homens brancos entrando em restaurantes ou bares no curso daquela avenida. Já no hotel, o recepcionista prontamente chamou Alfredo para falar-lhe discretamente: “Senhor, aqui é um ambiente familiar, não é permitido que hóspedes tragam acompanhantes”. Foi quando Chica ouviu a resposta de seu marido ao atendente: “Mas ela é minha esposa!”. Tão logo veio a contrarresposta: “precisaremos verificar os documentos, então”. Sem entender muito o que se passava, Chica olhou ao redor e percebeu que as pessoas da recepção se diferiam dela, todas muito bem-vestidas e brancas, enquanto eles, por estarem vindo de uma praia, usavam shorts, camiseta e chinelos. Alfredo era claramente tomado por um turista, enquanto a aparência de Chica se atribuía o papel de uma das mulheres, profissionais do sexo, do calçadão.

Apesar da ilusão de que o casamento interracial pudesse minimizar seus traços originários, as diferenças étnicas se evidenciaram mais ainda nas vivências de Chica, o elemento de comparação agora se fazia mais próximo. Mas o acirramento da condição do preconceito, semelhante à uma crise, provoca *insights* pontuais sobre a sua condição, provocando o desejo de reapropriar-se de si e da consideração de suas origens, o que se vê, então é o germe de uma luta pela dignidade.

A partir de então, Chica passa a pesquisar sobre os princípios da sua identidade na tentativa de se compreender e ajudar a outros nesse processo. Assim, ao aprofundar-se sobre o conhecimento de suas raízes, de estudar mais sobre a História e Cultura afro-brasileira, Chica começa a compreender o amplo processo da violência colonizadora e o conseqüente apagamento histórico de sua pertença. Esse processo a conduz a cursar o Doutorado em Educação, voltando seus estudos para a compreensão da representação do “ser” negro em materiais pedagógicos na atualidade.

Concomitantemente, a re-assunção identitária a partir da compreensão dos vários fenômenos ocorridos em suas experiências de vida, alimenta seus interesses de investigação teórica e uma nova perspectiva de estar no mundo se abre para Chica. Em sua tomada de consciência, percebeu a necessidade de inserir o estudo com a Educação para as Relações Étnico-Raciais, de forma mais pontual, na educação do município em que agora residia e promoveu a inserção acadêmica do núcleo de estudos afro-brasileiros, passou a observar e analisar materiais didáticos do município que promovem o trabalho para com a lei 10.639/03 e 11.645/08 e, a partir do contexto atual, de ataques seríssimos ao povo negro, em que o racismo que era velado passa a se fortalecer em forma de ações, agressões e negacionismos, incentivado por um projeto político excludente, sentiu a necessidade de criar um grupo de intelectuais que estudassem, analisassem vida e obras de negros e negras na contemporaneidade. O maior propósito é afirmar a identidade negra, disseminando ideias que lutem contra o preconceito, racismo e epistemicídio. Nesse sentido, hoje, Chica pode se descrever como mulher, negra, professora/pesquisadora que se

dedica a afirmar positivamente a identidade de negros e negras através da disseminação de estudos e discussões sobre as questões em torno da luta hodierna do sujeito negro em buscar de sua dignidade humana.

### **Considerações**

Ao considerarmos a importância de se revelar experiências afro-brasileiras, bem como a relação dessas narrativas com os esforços de negros e negras em reconquistar sua dignidade, torna-se inevitável tensionar tais questões com fins à dignidade humana, tendo plena convicção de pertenças, experiências de antepassados bem como a valorização das conquistas e lutas travadas por sujeitos e entidades anteriores a nós, assumindo o protagonismo da própria história.

Para que esse protagonismo ocorra, é importante a noção de que o processo de identificação do negro ainda está em franco andamento, pois identidade é sempre uma noção cambiante. Por isso, repensar quem somos a partir de princípios que norteiam nossa tomada de consciência, é de vital importância na contemporaneidade através da assunção de uma “Amefricanidade” consciente, uma vez que compreendemos o quanto os processos violentos do racismo alienam o próprio legado histórico do negro, arrancando a dignidade e comprometendo o reconhecimento das contribuições epistemológicas e filosóficas de origem.

Ante a isso, esse trabalho buscou reconhecer, através da narrativa de uma vivência negra, como a persona/objeto negro passou por severos processos de denegação racial, os quais lhe provocaram a busca por entendimento de sua identificação afro-brasileira, bem como assumir sua “Amefricanidade” ante as lutas antirracistas. Busca-se

dessa forma dar condição a outros negros e negras para a tomada de consciência sobre sua própria pertença étnica, através do re-conhecimento de suas origens culturais recalçadas.

#### referências

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. Trad. Luís Oliveira Santos e João Quina Edições. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BHABHA, Homi K. **Recordar Fanon**: o eu, a psique e a condição colonial. São Pulo: UBU Editora, 2020.

BHABHA, Homo K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *In*: BRASIL. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Rezende [et al]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

Recebido em 2021-07-30  
Publicado em 2021-09-01